

A CONTRARREFORMA DO ESTADO COMO FATOR DE AGRAVAMENTO NAS DESIGUALDADES DA SOCIEDADE BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS DE 1990

THE COUNTERREFORMATION OF THE STATE AS A FACTOR OF AGGRAVATION IN THE INEQUALITIES OF THE BRAZILIAN SOCIETY

Alessandra Calil¹, Elisa Maria Andrade Brisola¹

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade refletir sobre as condições que favoreceram o surgimento do neoliberalismo como reação do capital à crise da década de 1970, com a implementação do Estado Mínimo e desregulamentação da economia em diferentes países. Nessa direção, aborda-se o projeto de contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado na década de 1990, o neo-desenvolvimentismo promovido entre 2002-2016 e o ultra- neoliberalismo implementado no Brasil desde 2016 o qual radicaliza a agenda neoliberal com o aprofundamento da desregulamentação de direitos das classes trabalhadoras. Analisa-se ainda a relação do caráter hierarquizado e autoritário da sociedade brasileira, com a re-atualização destes aspectos sob a influência da agenda neoliberal, expressando-se como neoconservadorismo na sociedade. Conclui-se que a ideologia neoliberal como estratégia do capital para retomada da acumulação promove o aprofundamento das desigualdades sociais, a desregulamentação de direitos e influencia a reemergência do conservadorismo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Reforma do Estado. Desigualdade Social.

Abstract

This paper aims to reflect on the conditions that favored the emergence of neoliberalism as a reaction of capital to the crisis of the 1970s, with the implementation of the Minimum State and deregulation of the economy in different countries. In this direction, the project of counterreformation of the Brazilian State, initiated in the 1990s, the neo-developmentalism promoted between 2002-2016 and the ultra-neoliberalism implemented in Brazil since 2016, which radicalizes the neoliberal agenda with the deepening of deregulation rights of the working classes. The relationship between the hierarchical and authoritarian nature of Brazilian society is analyzed, with the re-update of these aspects under the influence of the neoliberal agenda, expressing itself as neoconservative in society. It is concluded that neoliberal ideology as a strategy of capital to resume accumulation promotes the deepening of social inequalities, the deregulation of rights and influences the reemergence of conservatism.

Keywords: Neoliberalism. State reform. Social inequality.

¹ Universidade de Taubaté

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6857-5789>

E-mail contato: aascalil@gmail.com

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo nasceu como uma das respostas do capital à sua crise sistêmica desde a década 1970, defendendo o Estado mínimo e desregulamentação aos fluxos de capitais, espalhando-se pelo mundo a partir das economias centrais.

A relevância do tema situa-se em entender os efeitos da contrarreforma do Estado (BERHING, 2003) e seus efeitos deletérios às classes trabalhadoras, sobretudo aquelas usuárias das políticas públicas em uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural, como o Brasil.

Em um primeiro momento, realiza-se breve análise da crise do capital desde a década de 1970; o surgimento do pensamento neoliberal e sua influência nos Estados nacionais. Em seguida reflete-se acerca do processo de implementação da agenda neoliberal no Brasil com a contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado na década de 1990. Discute-se ainda, a proposta dos governos petistas (2002-2016) os quais implementaram políticas neo-desenvolvimentistas como crítica à agenda neoliberal. Por fim, analisa-se agenda ultra-neoliberal anti-crise promovida pelo governo de Michel Temer (MDB- 2016-2018).

A CRISE DO CAPITAL E A AGENDA NEOLIBERAL

A crise do capital iniciada na década de 1970 pode ser creditada a uma série de fatores, como a crise do petróleo, o esgotamento do modelo *keynesiano-fordista*¹ e a queda das taxas de acumulação de capital. De acordo com Mandel (1990), essa crise em escala global surpreendeu o mundo, pois se acreditava que os governos capitalistas centrais tinham condições de controlar os ciclos industriais. Entre os anos 1974 e 1975 tal fato não ocorreu e os países centrais mergulharam em uma crise de acumulação (HARVEY, 1993), com retração da atividade econômica em nível mundial.

1 Modelo resultante da associação das ideias econômicas inspiradas no economista inglês John M. Keynes, que pregava a regulamentação da economia pelo Estado, e do modelo de produção em massa fordista.

Conforme a análise de Mandel (1990) as crises do capital denotam o caráter cíclico da acumulação capitalista. Em relação à atual crise do capital, o autor reconhece se tratar

de uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalista e uma crise de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações (MANDEL, 1990, p.13).

Para o autor a recessão generalizada de 1974/75 é fruto de uma crise clássica de superprodução sobretudo quando se examina a evolução da conjuntura em longo prazo e, logo se conclui tratar de uma fase típica de quebra da taxa média de lucros. Mandel aponta outros aspectos sobre a crise geral do modo de produção capitalista como a queda tendencial na taxa de lucros e o aumento da composição orgânica do capital, os quais devem ser entendidos como desdobramentos da crise, ou seja, como agravantes desse processo.

Segundo Mota (2012, p. 31) “o capital procura enfrentar suas próprias contradições implementando iniciativas que permitam a recomposição das suas taxas de lucro, ao tempo em que desenvolvem ações que as legitimem socialmente”.

Ainda no que se refere à crise do capital, Berhing (2010, p. 26) explica que os liberais-burgueses mais ortodoxos a consideram como necessária, “um ajuste inevitável advindo dos mecanismos naturais do mercado ao qual se sucederá a recuperação do equilíbrio e, para isso, é necessária a redução de custos nas empresas e especialmente no Estado”.

Os Keynesianos por sua vez, explicam a crise pela falta de “regulação [...], excesso de crédito sem escopo por parte dos devedores”, o que gerou “inadimplência e incapacidade de os bancos e instituições financeiras de sustentar essa grande oferta em condições de inadimplência (BERHING, 2010, p. 26),

Conforme Anderson (1995), os ideais do neoliberalismo ganharam força a partir do final dos anos

70/80, visto que seus defensores afirmavam que a origem da crise estaria nos movimentos operários pela pressão que faziam por ampliação de direitos, fato que teria prejudicado as bases da acumulação capitalista e levado os Estados nacionais a aumentar seus gastos.

Em geral, os governos que adotaram a agenda neo-liberal promoveram a reformas diminuindo a presença do Estado, elevando as taxas de juros, diminuindo impostos sobre rendimentos, abolindo o controle sobre os fluxos financeiros, gerando altas taxas de desemprego, minando o poder dos sindicatos, cortando gastos sociais, privatizando o patrimônio público.

A reforma do Estado brasileiro por seu turno, implementada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002), capitaneada pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado- Luiz Carlos Bresser Pereira, foi materializada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1995.

Para Bresser Pereira (1998) não se tratava de uma reforma neoliberal, mas, sim, de um projeto social-democrático ou social-liberal, pois não visava retirar o Estado da economia, mas aumentar a governança² do Estado, dando-lhe meios financeiros e administrativos para que intervir quando o mercado não tiver condições de estimular a capacidade competitiva das empresas nacionais e de coordenar a economia.

Apesar da tentativa de dar um verniz social às reformas, as medidas implementadas pelo governo FHC basearam-se nos princípios neoliberais de diminuição do Estado, com a escolha dos “funcionários públicos como vilões da pátria e a reforma da administração pública como a solução para os problemas e imperfeições históricas do Estado brasileiro” (OLIVEIRA, 2011, p. 144).

Segundo Behring (2008), Bresser Pereira acreditava que a única saída para o Brasil e América Latina para vencer a recessão que se arrastava desde os anos 1980, era por meio de rigorosa disciplina fiscal,

com privatizações e liberalização comercial. E ainda, que o Estado, em função de seu caráter cíclico e mutável, iria chegar a um modelo social-liberal. “Esse modelo, segundo Bresser, não pretende atingir o Estado mínimo, mas reconstruir um Estado que mantém suas responsabilidades na área social, acreditando no mercado, do qual contrata a realização de serviços, inclusive na própria área social” (BEHRING, 2008, p. 172).

O Plano Diretor expressa a ideia de que a Constituição Federal de 1988 aumentou o custo da administração pública, criando um sistema altamente rígido e centralizado. Para Bresser Pereira (1998), a Carta Magna sacramentou princípios administrativos arcaicos, burocráticos, centralizados e rígidos. Ainda segundo o autor, privilegiou-se o modelo burocrático clássico, pois as tentativas de descentralização geraram práticas clientelistas, acentuadas após a redemocratização.

Naquele contexto, Bresser Pereira criticava a concessão de “privilégios” aos funcionários públicos, como aposentadoria integral e estabilidade. Conforme Oliveira (2011), para os defensores da contrarreforma, a Constituição de 1988 reduziu a capacidade operacional do aparelho do Estado brasileiro. Portanto, seria necessária uma reforma no nível constitucional para reorganizar o Estado.

Nesse sentido, o Plano tinha como finalidade promover a transição do modelo administrativo burocrático para a administração gerencialista, a qual introduzia conceitos de eficiência e qualidade na cultura administrativa brasileira, inspirada em elementos da gestão empresarial, com controle pelos resultados e não pelos processos, esperando uma maior eficiência do Estado (BEHRING, 2008, p. 179).

Conforme Behring (2008) o fato de se explicar a crise contemporânea do capital³ localizada no Estado, representa uma simplificação e empobrecimento na discussão, na medida em que expressa um enfoque unilateral e limitado, impossibilitando uma visão mais realista do contexto.

2 Modo de operação das políticas governamentais e como se relacionam com a sociedade, traduzindo-se na forma em que o poder é exercido na administração dos recursos e na capacidade de articular políticas sociais.

3 A crise do capital conforme Anderson (1995) iniciou-se em 1973, quando o mundo capitalista mergulhou numa profunda recessão, combinando pela primeira vez baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.

No Brasil, como foi e está sendo engendrada a reforma do Estado, ainda segundo Behring (2008), configura-se num movimento de “contrarreforma”, pois reforça uma inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional, ao estilo das classes dominantes brasileiras, implicando em forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, alcançados pelos processos de modernização conservadora, realizados no Brasil.

Esse contexto, em que o problema é centrado no Estado, apresenta sérias contradições, pois se por um lado o Estado deve passar por uma reformulação para torná-lo mais eficaz, com redução de custos, por outro

[...] a política econômica corrói aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por intermédio de uma inserção na ordem internacional que deixa o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoar pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (BEHRING, 2008, p. 199).

No que tange às privatizações levadas a cabo no processo de Reforma do Estado, o que se viu foi a entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro e a não obrigatoriedade de aquisição de insumos nacionais agravou o quadro de desmonte do parque industrial brasileiro, gerando vultosas remessas de dinheiro ao exterior, desemprego e desequilíbrio das contas públicas. E ainda, estima-se que o governo perdeu no processo o montante estimado de 87,6 bilhões de reais, até dezembro de 1998, com base no que o governo FHC sonogou de informações sobre as condições das vendas, conforme Behring (2008).

Na busca pelo cumprimento de metas de superávit primário⁴ ocorreu drástica redução nos gastos públicos, que atingiu especialmente os investimentos, as atividades-fim e os gastos sociais. Tal política gerou um acirramento em 1999 dos conflitos sociais,

4 O “resultado primário” é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário”. O “superávit primário” é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo (um mês, um semestre, um ano) com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida.

aumento nos índices de pobreza e desemprego. Outra dimensão da contrarreforma foi a criação das agências executivas e das organizações sociais, por meio de um Programa de Publicização, para execução de políticas públicas, favorecendo o crescimento de um setor público não-estatal para implementação das políticas sociais (BEHRING, 2008, p. 204-205).

Entretanto, o próprio Bresser Pereira (1998) alertava que um dos riscos da publicização seria a apropriação das organizações sociais por grupos e indivíduos que as usassem como entidades privadas. Nos governos de FHC não houve discussão a respeito do caráter das reformas implantadas, que foram levadas a cabo por meio de reformas constitucionais aprovadas em um Congresso Nacional pouco interessado com os anseios e necessidades da população.

Contudo a agenda neoliberal naquele contexto não produziu os efeitos esperados por seus ideólogos tanto a nível mundial como no Brasil, ou seja, o aumento da acumulação capitalista e a diminuição do déficit das contas públicas diante da resistência dos trabalhadores, o que gerou a continuidade do processo de estagnação do crescimento econômico. Também se constatou o aumento do nível de desemprego, perda de direitos, precarização das relações trabalhistas, privatização dos bens públicos, como a saúde, a educação e a previdência social.

Diante dessa realidade os ideólogos neoliberais buscaram nova estratégia com medidas corretivas de rumo que se explicitaram na perspectiva não mais do Estado mínimo, mas de um Estado com função reguladora das atividades econômicas e operacionalizador, em parceria com o setor privado, de políticas emergenciais, focalizadas e assistencialistas (BRANCO, 2008).

Nessa direção, acontece, conforme Castelo Branco (2012) um duplo movimento: a) o realizado pelas classes dominantes de forma a readequar seu projeto de supremacia, implementando uma agenda social-liberal; e b) a mobilização das classes subalternas contrárias agenda neoliberal.

A agenda social-liberal à primeira vista representa um momento de inflexão do pensamento neoliberal em relação às virtudes do mercado e a função

do Estado e aponta para uma guinada com vistas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais. Nessa direção implementam-se políticas de transferência de renda. Tais programas conforme Silva (2015, p. 6) visam “manter a população pauperizada num patamar “minimamente aceitável”, de forma que esta não ameace a ordem vigente”. “Portanto, mínimos distantes das demandas articuladas nas lutas sociais e muito aquém da garantia de padrões de qualidade de vida aceitáveis”.

Experiência neo-desenvolvimentista

No contexto de luta por um projeto de desenvolvimento e crescimento econômico, emerge o neo-desenvolvimentismo o qual, segundo seus ideólogos, expressa uma possibilidade nova, não liberal, nem socialista. Contudo, pesquisas revelam que não é correto afirmar que o crescimento econômico é receita suficiente para enfrentar a pobreza e a desigualdade social ou que nenhum pobre sofre com as reformas pró-crescimento (MALUF, 2000).

Conforme Castelo Branco (2009, p.74-75) o neo-desenvolvimentismo caracteriza-se como

[.] Uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos de esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada pelas elites rentistas e defensores do neoliberalismo. [...] cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país [...] um determinado padrão de intervenção do estado na economia e na “Questão Social”.

Esta perspectiva baseia-se na ideia de que para que se concretize o desenvolvimento e o crescimento econômico há que criar “mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a questão da desigualdade, agora com foco da discussão da *oportunidade*” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 159) e, para que tal perspectiva se efetive, algumas estratégias são necessárias, dentre elas, a inclusão econômica por meio das políticas sociais e educacionais, de forma a ampliar o consumo das classes populares.

O governo Lula da Silva (2003-2011), por exem-

plo, implementou a agenda neo-desenvolvimentista e não promoveu transformações estruturais (GONÇALVES, 2012), ao contrário, para o autor, naquele governo os eixos estruturantes da proposta desenvolvimentista⁵ foram invertidos na medida em que se constata: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; maior concentração de capital, dentre outros aspectos. Por esses motivos, Gonçalves (2012) afirma que o neo-desenvolvimentismo se constitui no velho liberalismo enraizado, expressando o pensamento do Consenso de Washington⁶, Pós-Consenso de Washington e as formulações da Nova Cepal⁷.

5 A ideologia nacional-desenvolvimentista tem como eixos estruturantes: o nacionalismo, a industrialização substitutiva de importações e o intervencionismo estatal. O nacional-desenvolvimentismo tem como foco estratégico o crescimento econômico com base no planejamento econômico e na política protecionista.

6 A expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional. Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada (<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>). Acesso em mar de 2019.

7 A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, como órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme Pereira (2011, p. 122) “originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a Cepal se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas”. A CEPAL influenciou o debate acerca do desenvolvimento durante as décadas de 50, 60 e 70. A CEPAL sofreu inflexão de rumos organizado por Fernando Fajnzylber. Segundo Carcanholo (2008, p. 136) “o principal desses documentos é de 1990, “Transformação Produtiva com Equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 90”. Embora as questões centrais ainda sejam a apropriação do progresso técnico e a desigualdade relativa da renda nacional das economias periféricas, o tratamento dessas questões, as propostas de superação do subdesenvolvimento e o posicionamento frente ao papel das reformas neoliberais é o que nos permitirá enquadrar a Nova CEPAL

Para Azevedo (2016, p14)

O Governo do PT cumpriu então o papel histórico de finalizar a transição neoliberal no Brasil de maneira pactuada. Mantendo alicerces da política macroeconômica do Governo anterior, avançou e aperfeiçoou o processo de privatização da circulação/serviços (já que a produção já o tinha sido na década anterior) aplicando contrarreformas fundamentais deste modelo a qual outros governos sofreriam resistências maiores.

Para autores como Gonçalves (2012) e Castelo Branco (2012) a implementação do neo-desenvolvimentismo nos governos petistas voltou-se basicamente à manutenção da ordem burguesa, esvaziando a luta de classes, em nome de uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários. As promessas do nacional-desenvolvimentismo foram abandonadas ou invertidas, sem reformas estruturais que atendam aos interesses populares.

CARÁTER EXCLUDENTE E DESIGUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O processo de reforma do Estado, se expressa como uma “contrarreforma”, pois se trata de um sistemático ataque às conquistas sociais. Sob a influência do ideário neoliberal, tem, conforme aponta Lopes (2008), afastado a sociedade contemporânea dos princípios do Estado de Bem-Estar Social⁸, criando novo conjunto de condicionamentos sociais, sendo que a exclusão social assume especial importância, apresentando-se como conceito apartado da pobreza. Para o autor, a exclusão social é corolário do modelo neoliberal, fruto das relações entre mercado e trabalho, por seu turno a pobreza é desdobramento do embate entre capital e trabalho, fruto dos interesses de classes.

Lopes (2008) afirma que a exclusão social se apresenta no campo das relações sociais contemporâneas, sob a forma de precarização do trabalho, desqualificação e desfiliação social, desumanização do outro e pela anulação da alteridade. A pobreza, enquanto

característica do sistema de classes sociais, fruto das relações de produção e consumo de uma economia capitalista, torna-se estrutural nesse quadro social, contudo o pobre representa um sujeito com dimensão definida, com participação econômica, vez que o próprio sistema vigente se caracteriza pela produção de pobreza em massa.

A sociedade brasileira tem como característica uma brutal desigualdade, que conforme Iamamoto (2008) apresenta-se como uma particularidade histórica do país. A desigualdade acompanha o processo de desenvolvimento brasileiro, no qual o moderno se constrói por meio do arcaico, recriando a herança histórica patrimonialista⁹, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira (IAMAMOTO, 2008, p. 30).

Ainda conforme a mesma autora, a condução da vida nacional se dá historicamente de forma vertical sem a participação das classes subalternas. No capitalismo industrial brasileiro não foi implantado por uma burguesia democrática e nacionalista, ao contrário, por uma burguesia avessa à democracia.

O Estado, por sua vez, teve papel primordial na modernização “pelo alto”, evitando-se rupturas radicais com o passado, no intuito de preservar os interesses da burguesia. Nesse sentido, Fernandes (1976) afirma que o golpe militar de 1964, apesar de ser alardeado como uma “revolução” teve o caráter de uma contrarrevolução preventiva, pois se apresentou como uma reação de setores das classes dominantes civis, aliados à cúpula militar, ao risco de perda de seus privilégios.

Segundo Iamamoto (2008), a burguesia brasileira apenas formalmente incorpora o ideário liberal europeu de liberdade do trabalho e igualdade perante a lei, pressupostos úteis à exploração do trabalho. No Brasil as elites dominantes envolvidas nas atividades agro-exportadoras, mantinham seu caráter escravocrata e reafirmava a prática social do favor e do clientelismo, pregando a sobrevivência das estruturas de

dentro do posicionamento ortodoxo representado pelo Consenso de Washington”

8 No Brasil não houve um Estado de Bem-Estar Social nos moldes do Welfare State implementado em muitos países europeus, mas tivemos um Estado de Mal-Estar Social, dada a fragilidade e descontinuidade do sistema de proteção social implementadas em nosso país.

9 O patrimonialismo é conceito desenvolvido por Max Weber para descrever a situação em que a classe política dominante não distingue as esferas pública e privada, impondo mecanismos de controle da estrutura do Estado para satisfazer seus interesses.

produção e poder arcaicas. Não houve, pois, uma evolução de uma burguesia revolucionária contra a aristocracia e realeza em função da revolução industrial.

A formação sócio histórica do Brasil corrobora com o aprofundamento das desigualdades sociais no contexto contemporâneo, agravada pelas políticas econômicas que visam a retomada da acumulação capitalista.

Nessa direção, cabe lembrar aspectos de nossa formação sócio histórica que foram determinantes nos modos de ser da sociedade. Referimo-nos ao mito fundador.

O seu caráter desigual da sociedade brasileira é reforçado pelo autoritarismo. Nesse sentido, Chauí (2001) apresenta o conceito de “mito fundador”, cuja finalidade seria mascarar a natureza violenta e autoritária de nossa sociedade. O mito fundador opera de modo socialmente diferenciado:

[...] do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, questão expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política (CHAUÍ, 2001, p. 53).

Segundo Chauí (2001) o mito fundador opera para camuflar a realidade violenta e desigual da nossa sociedade, oferecendo um modelo em que a Natureza, Deus e seus representantes velam por nós. Desse modo a aversão à politização é marca característica do mito, a lei e a justiça estão incorporadas no poder e na vontade do governante. Nessa perspectiva, encontram-se traços do mito fundador já na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, apresentando o descobrimento como rico em recursos naturais, o “paraíso na terra”. Esse discurso irá percorrer a história brasileira, reforçando a base teológica do poder.

Modernamente, ainda segundo a autora, tal visão é atualizada pelo neoliberalismo, quando se vê o reforço dos privilégios de uma minoria, em detrimento das políticas sociais e a fronteira entre o público e o privado, cada vez mais tênue e confusa. A posição de negociação dos movimentos sociais é fragilizada pelo desemprego e pela criminalização destes, o poder se exerce em relações de intimidade e as decisões se restringem à esfera burocrática, de forma vertical.

Chauí (2001) continua afirmando que o mito fundador cria uma visão messiânica da política. Os representantes políticos eleitos pelo povo, não são tidos como tal, mas sim como representantes do Estado em face do povo, a quem se dirigem para solicitar favores ou obter privilégios. A prática da democracia representativa não se realiza, mantendo-se a relação entre povo e representantes num nível de clientela e tutela, traço que denota o forte caráter populista da política brasileira.

Nessa direção, a perspectiva do “você sabe com quem está falando”, coaduna-se com o mito fundador e a política econômica e o modelo de desenvolvimento que aprofunda a desigualdade social e explica a violência latente.

Para DaMatta (1997) o caráter violento da sociedade brasileira é latente, também camuflado e vem à tona com o que o autor denomina do ritual do “você sabe com quem está falando?”. A sociedade possui uma ordem velada, escondida sob um verniz de cordialidade e tolerância. Quando essa ordem hierárquica é quebrada, vem à tona a separação radical e autoritária das posições sociais. Conforme o autor:

O ‘você sabe com quem está falando?’, além de não ser motivo de orgulho para ninguém – dada a carga considerada antipática e pernóstica da expressão –, fica escondido de nossa imagem (e auto-imagem) como um modo indesejável de ser brasileiro, pois que revelador de nosso formalismo e de nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos (DAMATTA, 1997, p. 182).

Para o mencionado autor, o rito do “você sabe com quem está falando?” expressa uma situação de conflito e a sociedade brasileira, por sua vez, é

avessa ao conflito, não que com tal atitude se elimine a situação conflituosa, mas em razão de sermos uma sociedade dependente, colonial e periférica, nos sujeitamos a um alto grau de conflitos e crises, contudo não os reconhecemos como tais. Diversamente de outras sociedades que enfrentam as crises e conflitos como inerentes ao sistema, no Brasil as mesmas representam um ponto de ruptura de uma ordem, fim de era, sinal de catástrofe.

Ainda conforme DaMatta (1997), o “você sabe com quem está falando?” representa uma situação de exercício de poder e autoridade: quem a usa deixa de lado o seu papel de indivíduo e passa a ser uma pessoa (identidade). Contudo, nem todos podem usar essa “identidade” em seu lugar, ou seja, o indivíduo usa de sua identidade social para exercer um grau de autoritarismo, com objetivo de conseguir algo das outras pessoas, deixando de lado seu aspecto de indivíduo diante da sociedade. Permite-se estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo.

Prosseguindo na diferenciação entre indivíduo e pessoa, DaMatta (1997) afirma que a ideia de indivíduo como unidade isolada foi desenvolvida no Ocidente, ao passo que nas sociedades tradicionais, divididas por castas, predomina a noção de pessoa. Souza (2015), tratando dessa dualidade, aponta que a pessoa merece a solidariedade e tratamento diferenciado, já o indivíduo é o sujeito da lei, foco abstrato e sujeito à repressão e regras. Apresenta como modelo de sociedade individualista e igualitária os Estados Unidos da América (EUA), enquanto a Índia se mostra como modelo de sociedade dominada pelo personalismo. O Brasil dado ao seu caráter de extrema desigualdade social apresentaria elementos de ambas as culturas.

A principal crítica que Souza (2015) faz ao pensamento de Damatta seria sua crença na existência de sociedades não sujeitas às influências do personalismo:

A ‘cereja no bolo’ desse quadro pseudocrítico da sociedade brasileira é a ideia de que existem sociedades sem ‘jeitinho’, ou seja, sem influência de relações pessoais poderosas decidindo o destino de pessoas concretas, muito especialmente nessa sociedade de contos de fadas para adultos que são os Estados Unidos

aos olhos de nossos liberais conservadores (SOUZA, 2015, p.88).

Seria, pois, os Estados Unidos da América a sociedade em que vigeria a confiança interpessoal, o respeito à lei impessoal e a igualdade como valor máximo. Contudo, afirma o autor, refutando tal assertiva, que o policial norte-americano reprime com mais violência os latinos e negros pobres, o governo americano espiona aliados, é conivente com a corrupção no mercado financeiro, sob a desculpa da desregulamentação do mercado, seus bancos apropriam-se dos excedentes econômicos de todo o planeta.

Para Souza (2015) as tentativas dos intelectuais brasileiros de entender os conflitos da nossa sociedade, perdem-se numa tradição do patrimonialismo estatal, ou seja, no Estado concentram-se todos os vícios (politicagem, ineficiência e corrupção), enquanto o mercado permanece como centro de virtudes (competência, eficiência, razão técnica supostamente no interesse de todos). O autor continua afirmando que os ganhos de capital representam 70% do nosso PIB (beneficiando alguns banqueiros e industriais) e apenas 30% é reservado para a massa salarial da esmagadora maioria de brasileiros.

Ainda segundo o autor, afirmando que se existe corrupção no Estado, há também corruptores no mercado. A fraude é consequência normal no mundo capitalista, desde que o mercado não esteja regulado, como a última grande crise financeira mundial deixou claro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de contrarreforma do Estado de diminuição da participação estatal na vida social e, apesar de se apresentar com ares progressistas, visa camuflar seus reais objetivos, quais sejam, atender aos interesses do capital como resposta à sua crise.

O encolhimento do Estado, principalmente em suas funções sociais e protetivas visa a aumentar o superávit primário, com vistas ao pagamento dos juros da dívida pública.

Conforme já delineado a reforma do Estado se expressa como contrarreforma, pois busca liquidar as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores

sociais de modo geral, principalmente na Constituição Federal de 1988.

O modelo neoliberal gerou nos anos 1990 a expansão da pobreza em várias partes do mundo, o desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação dos direitos sociais.

No caso brasileiro a implementação da agenda social-liberal nos anos 2000 trouxe ações de combate à pobreza, sem, contudo, promover mudanças estruturais, ou a diminuição ou o fim das desigualdades sociais.

A nossa formação sócio histórica por sua vez, é um agravante na condição de vida dos trabalhadores brasileiros associada às políticas econômicas de corte liberal.

Por fim, assiste-se desde 2016 a implementação de uma agenda ultra-neoliberal na qual os gastos públicos como a educação e a saúde são congelados por 20 anos, a previdência encontra-se sob a ameaça de nova contrarreforma.

Na sociedade emergem vozes conservadoras que atacam a intervenção do Estado junto aos segmentos pauperizados, a Constituição Federal é dilapidada, dissolvendo o pressuposto da Cidadania.

Os tempos são sombrios.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. In SADER, E; GENTILI, P. (ORGS.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AZEVEDO, A. M. C. **Os dilemas do Neodesenvolvimentismo no Brasil: entre as ilusões burguesas e o resultado concreto do desenvolvimento capitalista**. Instituto de Estudos Latino-Americanos UFSC. 2016. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/file/3271/download?token=co1GWhz>. Acesso em Mar. 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição, São Paulo; Cortez, 2008.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Uma Reforma Gerencial da Administração Pública no Brasil**. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 1, jan.-mar. 1998, p. 5-42

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARCANHOLO, M. D. **Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 26, n. 49, p. 133-161, março de 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10901/6483>. Acesso em Mar. 2019.

CASTELO BRANCO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002-&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em mar. 2019.

_____. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>. Acesso em Mar. 2019.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

FERNANDES, F. **A Ditadura Militar e os Papéis Políticos dos Intelectuais na América Latina**. In: **Circuito Fechado**. São Paulo, Hucitec, 1976.

GONÇALVES, R. **Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 637-671, out/dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em mar. 2019.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M.V. **Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil**. In: BOSCHETTI, I. et al. (ORGS.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo; Cortez, 2008, p. 13-43.

LOPES, J.R. **Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza**. Cadernos CRH (online). 2008, vol. 21, nº 53, p. 347-360.

MALUF, R. S. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. 2000. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em mar. de 2019.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo. Ed. Ensaio. 1990.

MOTA, A.E.; **Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro**. In: Mota, A.E. et al (Org.), *Desenvolvimento e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo. Cortez, 2012.

MOTA, A.E; AMARAL, A.S; PERUZZO, J.F. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In. MOTA, A.E. (Org.) *Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia. Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, J.M.D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul-dez. 2011. Disponível em:

<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/223>

SILVA, M. O. da. S. **A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil**. Revista Políticas Públicas, 2015. Disponível em www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao. Acesso em março 2019.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo. Leya. 2015.